



PARA FALAR DA HISTÓRIA DE UMA TRAGÉDIA CHAMADA AGRICULTURA

Devemos começar por lembrar o vazio que se criou nos nossos campos, a partir sobretudo dos anos 60 e que continua a acentuar-se, com especial relevo para as regiões inóspitas e pobres do interior. Nessa altura, dizia-se que Portugal era um país eminentemente agrícola e o que mais tínhamos eram matas e floresta. Com o êxodo da emigração e o abandono das terras, passou a dizer-se que Portugal era um país florestal e agora que quase toda a floresta ardeu, dizem-nos que Portugal é um país cheio de oportunidades...

Sabemos por experiência como tardam e como é sempre difícil ver encaminhadas verbas significativas e, sobretudo, ver propor e executar projectos com alguma envergadura para o Interior.

Somos poucos e desorganizados, ou poucos os que se organizam e, por isso, muitas vezes incapazes de reivindicar e fazer prevalecer junto do poder político as nossas justas aspirações e, quando o fazemos, esbarramos com a incompreensão e a indiferença de quem manda, a injustiça de quem decide e o marasmo da maioria que sofre os desmandos.

Embora sem acreditar em determinismos históricos, ou no chavão já gasto da interioridade, bem gostaríamos de poder deixar nestas breves notas um certo optimismo. Mas as preocupações, filhas da realidade dos factos, não o permitem.

Efectivamente, sinto no dia a dia, ligada a uma Associação Distrital de Agricultores - ADAG - , o que é o risco do endividamento e desespero para manter a exploração agrícola, por pequena e o mais familiar possível que ela seja.

A maior parte das actividades agrícolas produtivas na nossa região não são lucrativas neste momento. Aos agricultores restam poucas e infelizes alternativas: ou vivem das parcas economias que a muito custo foram amealhando e que depressa se esboroam, ou se vão endividando de ano para ano e acabam por trabalhar quase exclusivamente para a banca os muito poucos que ainda conseguem crédito, ou simplesmente – e é a maioria - se limitam a mal-viver, sobrevivendo com uma parca produção de subsistência.

O facto é que, de há várias décadas a esta parte, a agricultura portuguesa tem vindo a ficar cada vez mais frágil, e a crise agravou-se com a entrada de Portugal na UE e a abertura das fronteiras.

Houve, por um lado, falta de apoio selectivo às diferentes actividades agrícolas que poderiam estar hoje a competir no mercado alargado e, por outro, o Estado resolveu passar, de um momento para o outro, funções e responsabilidades para as organizações agrícolas, esquecendo-se de afectar os respectivos meios.

O resultado da crise que se instalou começa a ser, infelizmente, já bem visível, apesar de diferentes "paliativos", com carácter mais ou menos aleatório, que nada têm de estruturante.

Podemos dizer que estas medidas avulso resultam normalmente dos "lobbies" regionais, têm pouco que ver com o país real e deixam de fora a grande maioria dos agricultores portugueses, principalmente a norte do Tejo e no interior distante.

Com a nossa entrada na UE passámos de um modelo corporativista, altamente subsidiado pela administração, para um modelo burocrático, profundamente dependente das orientações de Bruxelas, sem que os agricultores para tal tenham sido ouvidos, apoiados ou minimamente preparados.

O agricultor de hoje tem de ser, primeiro que tudo, um bom burocrata, dominando bem toda a variadíssima e complicada panóplia de instrumentos de apoio, passando grande parte do seu tempo em tarefas administrativas e ficando cada vez com menos tempo e motivação para gerir a sua exploração.

Apesar das fracas, mas apregoadas melhorias, a agricultura necessita ainda de continuar a ser apoiada em infra-estruturas, porque só assim será possível ir esbatendo as assimetrias relativamente ao litoral, tentando eliminar os estrangulamentos, a saber:

- Deficiente estrutura fundiária;
- Envelhecimento da população activa;
- Baixo grau de formação profissional;
- Inexistência de cadastro;
- Falta de uma base de dados fiável, que permita fazer o planeamento;
- Falta de infra-estruturas;

- Insuficiências de capacidade de captação e armazenamento de água;
- Área irrigada muito inferior à potencialmente irrigável;
- Carências a nível da gestão, tecnologias de produção e equipamento das explorações agrícolas;
- Organizações agrícolas insuficientes e evidenciando debilidades económico-financeiras, técnicas e de gestão;
- Sector agro-industrial insuficiente e com carências de qualidade, diversidade, tecnologia e equipamento.

Têm tardado, para o Interior, programas de desenvolvimento específicos que promovam o bem-estar das populações mais rapidamente. Por outro lado, a aplicação da PAC também não deixa grandes esperanças à população, para se vincular à terra com a qual mantém uma forte identidade.

As possibilidades de emprego para os que desejam abandonar a agricultura são muito limitadas e, assim, a desertificação, com todas as consequências sociais e económicas, é, sem sombra de dúvida, cada vez mais notória e dramática.

O sector agrícola do Interior norte é caracterizado por empresas de pequena dimensão e fragmentadas, dirigidas por pessoas com idade superior a 50 anos, com pouca instrução, sendo uma percentagem muito pequena a de jovens agricultores à frente das explorações, onde predomina o trabalho familiar.

Os circuitos de comercialização são altamente deficientes ou inexistentes e os agricultores têm muita dificuldade em vender bem os seus produtos, mesmo os tradicionais de alta qualidade.

Os produtos acabam por ser comercializados principalmente por intermediários e ou directamente na exploração, sujeitando-se os produtores ao preço de ocasião que lhes for oferecido, sem o acesso às condições de venda possíveis noutros circuitos de comercialização existentes, devido ao afastamento dos principais mercados de escoamento dos produtos agrícolas a nível nacional.

As vias de comunicação e todas as infra-estruturas de acesso e desenvolvimento das explorações agrícolas são também um grande entrave à evolução e competitividade dos produtores.

Com os circuitos de comercialização tão deficientes nos principais produtos, o panorama agrícola é preocupante e está cada vez mais fragilizado e sensível.

As produtividades são baixas, mas o PAB (Produto Agrícola Bruto) representa uma percentagem importante em relação aos outros sectores da economia da nossa Região. É o caso, por exemplo, do vinho, do azeite, de produtos animais e horto-frutícolas.

Por outro lado, o Interior detém uma grande cultura e saber no domínio dos produtos tradicionais regionais, em artesanato e em gastronomia, que urge cultivar e preservar.

A transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas, fixando as capacidades e o empreendedorismo na região, a par com a certificação e marketing de alguns produtos, deverá ser uma aposta forte do Interior em termos imediatos.

O interior tem produções que, pela sua especificidade e alta qualidade, têm assegurada uma presença competitiva no mercado.

Estamos a falar do azeite, dos queijos, do vinho e de algumas frutas frescas e frutos secos, que devem ser apoiadas e preservadas, a par com a procura e lançamento de novos produtos, sempre na linha artesanal e/ou de qualidade.

É neste contexto que deve ser analisada a importância dos produtos tradicionais regionais, no âmbito da economia rural do Interior. Isto é, à dificuldade por todos sentida de concorrer com o exterior em termos de quantidade e preço, há que contrapor a qualidade dos nossos produtos, salvaguardando e valorizando a sua especificidade. Esta estratégia de defesa dos produtos tradicionais assenta na convicção de que existem hoje importantes segmentos do mercado, que preferem este tipo de produtos, sobrevalorizando a genuinidade e tradicionalidade em detrimento do preço.

Neste sentido, assume particular importância a estratégia de defesa dos produtos tradicionais-regionais, a ser reforçada através de duas medidas complementares:

- Certificação destes produtos, atribuindo-lhes uma denominação de origem geográfica ou um certificado de especificidade;
- Implantação de medidas de apoio, disponibilizando verbas suficientes com condições atractivas e que deverão incluir, desde ajudas às infra-estruturas de fabrico, às ajudas à comercialização e marketing.

Com a reforma da PAC em 1992, mesmo sob os auspícios da Presidência portuguesa, as orientações da política nacional continuaram fora do nosso contexto agro-económico e rural, deixando de lado a nossa agricultura de

características mediterrânicas. As assimetrias entre explorações agrícolas, regiões e Estados-membros continuaram a aumentar.

Embora os subsídios para Portugal tenham duplicado, a sua repartição continuou a ser inadmissível. A maior parte do investimento efectuado foi investimento de substituição, não orientado para a modernização dos aparelhos de produção.

Os investimentos de carácter estruturante (plantação de pomares, melhoramentos fundiários, melhoramento e aumento dos efectivos pecuários) foram pouco significativos.

O domínio das estruturas de transformação teve pouco peso no Interior e das poucas agro-indústrias que se instalaram muitas foram, infelizmente, falindo.

Como alguém já disse, a “Agricultura é a arte de empobrecer alegremente”. Hoje bem pode passar a dizer-se que a “Agricultura é a arte de empobrecer triste e rapidamente”.

É urgente alterar esta situação, que começa a ser insustentável e trágica, não só a nível económico, mas também a nível social, e que se reflecte, já de forma acentuadamente dramática, na preservação do ambiente e da conservação da natureza.

Pensamos que nunca será possível desenvolver o Interior sem olhar e apoiar o mundo rural como um todo. No entanto, a actividade agrícola terá que ser sempre considerada fundamental para que seja possível aumentar o rendimento dos agricultores, com o objectivo de estancar o êxodo rural e o abandono de terras.

Viva a CNA!

Viva a Agricultura Familiar!

Vivam os Agricultores Portugueses!

Anabela Matos

(Direcção Nacional da CNA)